

## NECESSIDADES HABITACIONAIS NAS REGIÕES BRASILEIRAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Najara Mayla do Socorro Veiga Costa Amaro<sup>1</sup>  
Joana Valente Santana<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca refletir as condições de agravamento das necessidades habitacionais nas regiões brasileiras relacionando a questão habitacional ao processo de urbanização ocorrido no Brasil. Com base no método dialético, foi realizado levantamento documental nos censos de 1872 a 2010 e na PNAD Contínua de 2010. Ressalta-se que a urbanização se particulariza em cada uma das regiões brasileiras, em decorrência das atividades econômicas concentradas pelo território, todavia emergem desse processo diversas necessidades a serem satisfeitas, inclusive habitacionais.

**Palavras-chave:** Urbanização; habitação; regiões brasileiras.

**Abstract:** This article seeks to reflect the conditions of worsening housing needs in Brazilian regions, relating the housing issue to the urbanization process occurring in Brazil. Based on the dialectical method, a documentary survey was carried out in the censuses from 1872 to 2010 and in the Continuous PNAD of 2010. It is noteworthy that urbanization is particularized in each of the Brazilian regions, as a result of the economic activities concentrated throughout the territory, however they emerge from this process various needs to be satisfied, including housing.

**Keyword:** Urbanization; housing; Brazilian regions.

### 1 Introdução

O presente artigo busca refletir as condições de agravamento das necessidades habitacionais nas regiões brasileiras relacionando a questão habitacional ao processo de urbanização ocorrido no Brasil<sup>3</sup>. A habitação (moradia) é uma necessidade que está na base da reprodução da vida dos seres humanos, “sejam eles pobres, sejam ricos; morem na

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). E-mail: najara.mayla@gmail.com.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. joanavalente@ufpa; joanavalentesantana@gmail.com.

<sup>3</sup> As reflexões apresentadas no artigo fazem parte de uma tese de doutorado defendida em um Programa de Pós-Graduação na área de Serviço Social.

pequena cidade ou na metrópole”. (BUONFIGLIO, 2018, p. 02). Desse modo, a casa é uma necessidade natural e material e também, necessidade social, determinada cultural e historicamente. Para Marx (2011) é possível constatar a ampliação e a transformação do sistema de necessidades humanas, a partir do movimento histórico de desenvolvimento do capitalismo, que vai da simples satisfação das necessidades até a indução de novas necessidades.

Com base no método dialético, a pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento documental<sup>4</sup> em censos realizados no Brasil no período de 1872 a 2010, neste trabalho considerar-se-á a divisão regional de 1988, definida a partir da Constituição Federal, e que permanece até os dias atuais, dividindo o país em cinco regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

O Brasil já realizou os censos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, no entanto considerando a diferentes metodologias utilizadas nos recenseamentos, utilizaremos os censos de 1940 a 2010 para apresentar o processo de urbanização brasileira. E por meio dos dados do Censo 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) – que desde 2016 contempla um bloco de quesitos relativos aos domicílios apresentar-se-á o histórico das necessidades habitacionais, permitindo a consolidação dos resultados em nível de Brasil e grandes. Esses dados serão qualificados a partir do conceito de necessidades habitacionais, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 1995, Cardoso (2009) sistematiza este conceito:

Com um caráter mais amplo, este inclui o déficit - necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e o atendimento à demanda reprimida -, a demanda demográfica - necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico -, e por fim, a inadequação - compreendendo a necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carência. (CARDOSO, p. 66, 2009).

Portanto, de acordo com Cardoso (2009, p. 67), “o conjunto das necessidades habitacionais seria estabelecido pela soma do déficit, da demanda demográfica e da inadequação”, “entre os tipos de inadequação, a carência de infraestrutura [...], o adensamento excessivo de moradores e o comprometimento excessivo da renda familiar para o pagamento de aluguéis” e “a composição do déficit é trabalhada atualmente com base em três elementos: dos domicílios rústicos, dos domicílios improvisados e da coabitação domiciliar”. (CARDOSO, p. 67, 2009).

---

<sup>4</sup> Os documentos utilizados estão disponíveis no acervo online da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/>.

Desse modo, este trabalho está estruturado em 2 (duas) seções, além da introdução e das considerações finais. A seção 1 pontua o processo de urbanização vivenciado no país nas 5 regiões brasileiras. E a seção 2 caracteriza as necessidades habitacionais que emergem para a população precárias condições de habitabilidade.

## 2 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: breves considerações sobre as 5 (cinco) grandes regiões brasileiras

Nesta seção apresentar-se-á dados coletados a partir dos censos, sobre população e urbanização no país e nas 5 (cinco) grandes regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O percurso histórico brasileiro marcado pelo aumento da população urbana, que atribuem a urbanização um caráter acelerado e desigual desencadeando necessidades habitacionais para população.

A população brasileira, entre o primeiro censo demográfico de 1872 e o censo de 2010, cresceu aproximadamente 20 vezes, de 9.930.478 habitantes para 190.755.799 habitantes. (Tabela 1).

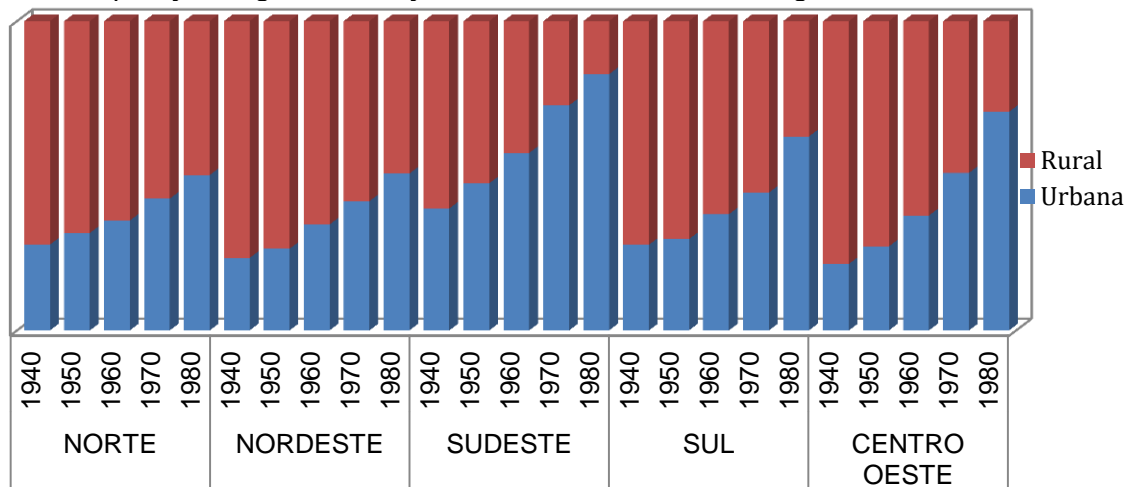
Tabela 1: População brasileira e das grandes regiões, 1872 – 2010

CENSO	POPULAÇÃO BRASIL E GRANDES REGIÕES					
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
<b>1872</b>	9.930.478	332.847	4.638.560	4.016.922	721.337	220.812
<b>1890</b>	14.333.915	476.370	6.002.047	6.104.384	1.430.715	320.399
<b>1900</b>	17.438.434	695.112	6.749.507	7.824.011	1.796.495	373.309
<b>1920</b>	30.635.605	1.439.052	11.245.921	13.654.934	3.537.167	758.531
<b>1940</b>	41.236.315	1.627.608	14.434.080	18.345.831	5.735.305	1.093.491
<b>1950</b>	51.944.397	2.048.696	17.973.413	22.548.494	7.840.870	1.532.924
<b>1960</b>	70.992.343	2.930.005	22.428.873	31.062.978	11.892.107	2.678.380
<b>1970</b>	94.508.583	4.188.313	28.675.110	40.331.969	16.683.551	4.629.640
<b>1980</b>	121.150.573	6.767.249	35.419.156	52.580.527	19.380.126	7.003.515
<b>1991</b>	146.917.459	10.257.266	42.470.225	62.660.700	22.117.026	9.412.242
<b>2000</b>	169.590.693	12.893.561	47.693.253	72.297.351	25.089.783	11.616.745
<b>2010</b>	190.755.799	15.864.454	53.081.950	80.364.410	27.386.891	14.058.094

Fonte: Amaro, 2023.

Santos (2020) afirma que entre 1940 e 1980 há um salto populacional urbano e dá-se a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira (Gráfico 1).

Gráfico 1: População segundo situação do domicílio, Grandes Regiões Brasileira, 1940-1980



Fonte: Amaro, 2023.

Há dois aspectos que o crescimento demográfico, visualizado no gráfico 1, proporcionam, um refere-se à migração entre cidade e campo e a outra a migração inter-regional. Sobre o primeiro ponto, se vislumbra que o crescimento da população brasileira impulsionou a expansão das cidades, aliado a um forte movimento de urbanização, em virtude de um intenso fluxo migratório rural-urbano que tendenciou à aglomeração populacional na área urbana, causando a ampliação da rede urbana de modo geral.

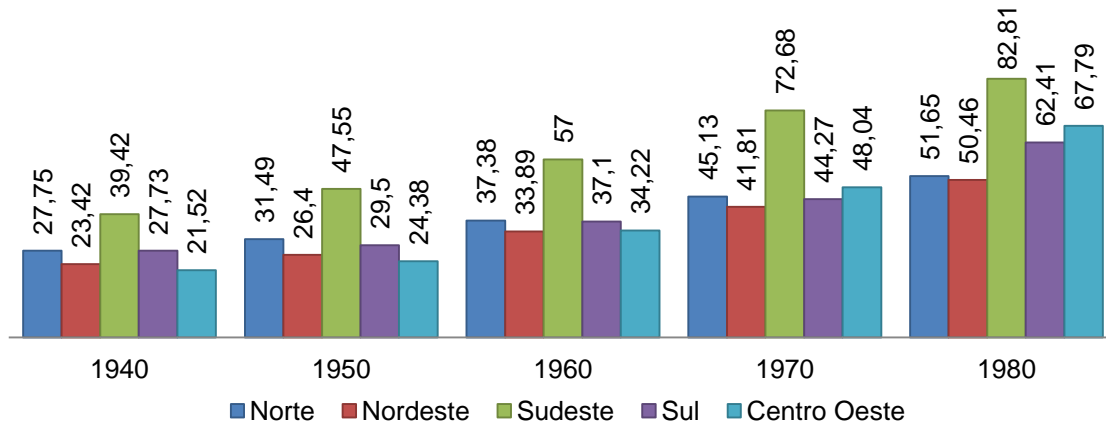
Até 1960, a maioria da população residia na área rural do País, à exceção da Região Sudeste que, já apresentava 57,4% de sua população residente na área urbana. Nos censos seguintes dá-se a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. (SANTOS, 2020). Entre 1960 e 1980 incorpora-se ao contingente populacional urbano uma massa de população vivendo nas cidades, nas cinco regiões brasileiras a população urbana ultrapassa a rural. E ao longo das décadas seguintes, o crescimento absoluto da população urbana é maior do que o da população total.

Santos e Silveira (2011, p.41), esclarecem que “o deslocamento desses milhares de indivíduos para as cidades responde, quase sempre, a uma preocupação pela melhoria da condição de vida”. Santos (2020) assinala a relação entre o crescimento da população urbana e a diminuição da população rural: “se a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1940, esta alcança a casa dos 68,86% em 1980, havendo praticamente uma inversão da relação entre população urbana e rural” no Brasil. (SANTOS, 2020, p. 85).

Na década de 1940, a urbanização do Sudeste era de 39,42%, de longe seguida pelas regiões Norte e Sul, enquanto o Nordeste, para o mesmo período, apresentava uma taxa de urbanização de 23,42%. Tomando como base o ano de 1980, temos a região

Sudeste como a mais urbanizada, com índice de 82,79%; a menos urbanizada seria a região Nordeste, com índice de 50,44%, sendo que a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%, ou seja, embora sua população urbana tenha crescido, as demais regiões alcançaram índices superiores, principalmente as regiões Sul e Centro-Oeste.

Gráfico 2: Taxas de urbanização, segundo as Grandes Regiões, 1940-1980



Fonte: Amaro, 2023.

A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada a como se deu a divisão do trabalho, ou seja, pela diferente divisão inter-regional do trabalho; lugares que concentrava as maiores oportunidades de emprego, e as principais atividades econômicas do País. Tanto o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre quanto o aumento da industrialização tiveram influência no aumento da população urbana.

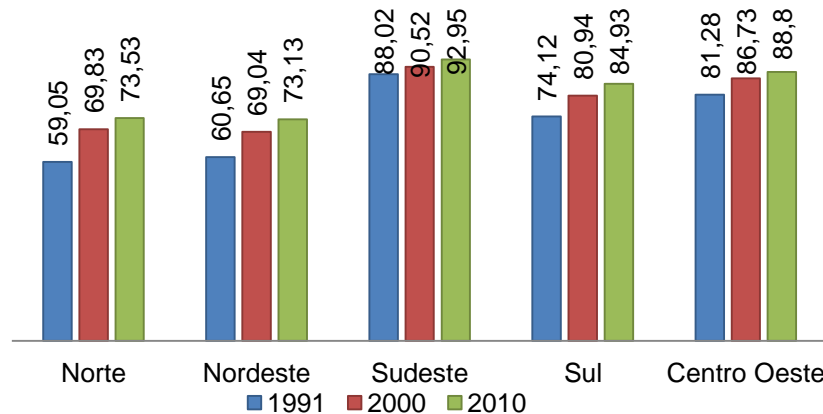
De acordo com Santos (2020, p.22-23), os avanços do fenômeno da urbanização registrado no fim do século XIX tiveram reflexos na ocupação econômica do país na primeira metade do século XX, quando a concentração populacional nas cidades, a exemplo de São Paulo, se altera significativamente, que, no início do século XX, exibiu marcante expansão de sua taxa de urbanização, com um crescimento da população urbana da ordem de 43%.

O processo de urbanização no Brasil conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidando-se na década de 1980. Neste contexto, a urbanização brasileira se alastra espacialmente. Estas características gerais do processo de urbanização se fazem presentes nos diversos espaços e subespaços que compõem o território brasileiro.

No censo de 1991, verifica-se o seguinte quadro: o Sudeste atinge uma taxa de urbanização de 88,02%, seguida pela região Centro-Oeste, com uma taxa de 81,28%, urbanização impulsionada, sobretudo pelas crescentes taxas de migração para Brasília e a

ampliação da fronteira agrícola. A região Sul aparece com 74,12%; em seguida vem o Nordeste, com 65,21% de urbanização, passando à frente da região Norte, que se apresenta com 59,05%. (Gráfico 3).

Gráfico 3: Taxas de urbanização, segundo as Grandes Regiões, 1991-2010



Fonte: Amaro, 2023.

E, nas décadas de 2000 (Gráfico 3), o processo de urbanização brasileiro se confirma pela concentração de 81,2% da população brasileira, em áreas urbanas, resultado do processo profundo de urbanização, como se apontou, com a inversão de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Por outro lado, nas Regiões Norte e Nordeste, os níveis de urbanização ainda em 2010 são relativamente mais baixos (73,0%), quando confrontados com os das Regiões Sudeste (92,9%), Centro-Oeste (88,8%) e Sul (84,9%).

Para tanto, o que se observou é que o processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma bastante heterogênea, a população historicamente esteve disposta no território de maneira desigual, característica que se mantém até a atualidade. Em síntese, o processo de urbanização do território brasileiro sempre foi acompanhado de desequilíbrios demográficos, sociais, e econômicos, proporcionados, sobremaneira, pela própria lógica de acumulação do capital, que modifica as relações entre os lugares de acordo com seus interesses, alterando também a distribuição da população dentro do território.

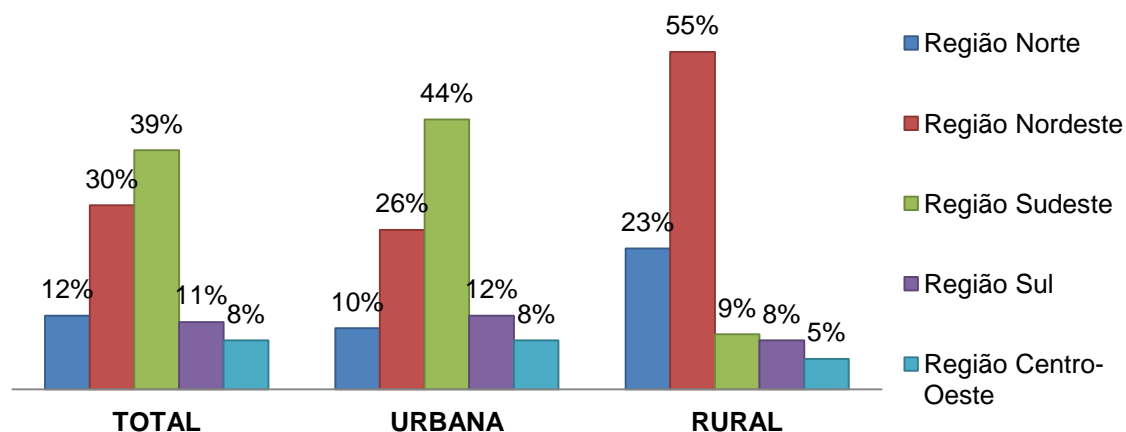
### 3. HISTÓRICO DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS NAS 5 (CINCO) REGIÕES BRASILEIRA

O crescimento populacional gera uma sobrecarga na necessidade de infraestrutura e equipamentos, afetando o funcionamento da cidade como um todo e comprometendo a

qualidade de vida, e particularmente de moradia da população. A questão da habitação, conforme assinalado por Engels (2015), é a expressão da luta de classe na ordem burguesa e que somente pode ser resolvida fora dos marcos do capitalismo. No caso do Brasil, a expansão urbana provocou um grave quadro das condições de moradia dos(as) trabalhadores(as), os(as) quais, produzem sua moradia nos locais possíveis e com baixa oferta de infraestrutura urbana.

O censo demográfico 2010 apontou um déficit habitacional para o Brasil de 6.940.691 milhões de unidades. Entre as regiões que mais compõem este déficit, destaca-se a região Sudeste que concentra 39% (2,674 milhões de habitações) do déficit, nesta região mais da metade (1,495 milhões) está no estado de estado de São Paulo. Outros 30% (2,111 milhões de habitações) do déficit habitacional estão presentes no Nordeste, com destaque para os estados do Maranhão e da Bahia, com 421 mil e 521 mil unidades, respectivamente, portanto cerca de 70% do déficit habitacional total do Brasil estão localizados nas duas regiões, Sudeste e Nordeste. A região Centro-Oeste apresenta o menor déficit habitacional do Brasil, cerca de 560 mil unidades, 8%, isso em relação à proporção nacional. (Gráfico 4) (Tabela 2).

Gráfico 4: Déficit habitacional por situação de domicílio e regiões geográficas, 2010



Fonte: Amaro, 2023.

Tabela 2: Déficit habitacional total e relativo por situação de domicílio segundo regiões geográficas, unidades da Federação, Brasil - 2010

UNIDADE FEDERATIVA/REGIÃO	DÉFICIT HABITACIONAL ABSOLUTO		
	Total	Urbano	Rural
REGIÃO NORTE	823.442	585.725	237.717
RONDÔNIA	58.759	50.249	8.510
ACRE	34.054	23.934	10.120

Desigualdades sociais, expropriação da natureza e desafios frente às mudanças climáticas

AMAZONAS	193.910	153.120	40.790
RORAIMA	25.237	15.828	9.409
PARÁ	410.799	263.474	147.325
AMAPÁ	35.419	32.019	3.400
TOCANTINS	65.264	47.101	18.164
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>2.111.517</b>	<b>1.532.184</b>	<b>579.333</b>
MARANHÃO	451.715	226.847	224.868
PIAUI	129.038	78.098	50.940
CEARÁ	276.284	221.099	55.186
RIO GRANDE DO NORTE	111.538	93.483	18.055
PARAÍBA	120.741	101.214	19.527
PERNAMBUCO	302.377	264.026	38.350
ALAGOAS	124.063	100.434	23.628
SERGIPE	74.387	58.112	16.275
BAHIA	521.374	388.870	132.503
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>2.674.428</b>	<b>2.576.502</b>	<b>97.925</b>
MINAS GERAIS	557.371	507.756	49.615
ESPÍRITO SANTO	106.447	97.696	8.751
RIO DE JANEIRO	515.067	506.756	8.311
SÃO PAULO	1.495.542	1.464.295	31.248
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>770.749</b>	<b>685.111</b>	<b>85.639</b>
PARANÁ	287.466	253.589	33.877
SANTA CATARINA	179.763	160.760	19.003
RIO GRANDE DO SUL	303.521	270.762	32.758
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	<b>560.555</b>	<b>506.006</b>	<b>54.549</b>
MATO GROSSO DO SUL	86.009	71.373	14.636
MATO GROSSO	118.889	97.865	21.024
GOIÁS	229.488	213.200	16.288
DISTRITO FEDERAL	126.169	123.568	2.601
<b>BRASIL</b>	<b>6.940.691</b>	<b>5.885.528</b>	<b>1.055.163</b>

Fonte: Amaro, 2023.

Ao considerarmos o déficit habitacional por área urbanas e rurais, no caso do déficit habitacional urbano segue a tendência do déficit total, a região Sudeste permanece com maior concentração de déficit, 44% do Brasil e a região Centro Oeste a menor concentração 8% do déficit habitacional do país. Quanto ao déficit rural, mais da metade está localizado na região Nordeste, ou seja 55%, destaca-se o estado do Maranhão com déficit de 224.868 domicílios, 20% se concentram na região Norte, enquanto as demais regiões somam em média 25% do déficit habitacional rural.

A tabela 3 mostra a composição do déficit habitacional nas diferentes regiões do Brasil, assim consideraram-se domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo. (Tabela 3).

**Tabela 3: Componentes do Déficit habitacional segundo regiões geográficas, unidades da Federação, Brasil - 2010**

REGIÃO/ BRASIL	PRECÁRIOS <sup>5</sup>	COABITAÇÃO <sup>6</sup>	ÔNUS <sup>7</sup>	ADENSAMENTO <sup>8</sup>
<b>BRASIL</b>	1.343.435	2.991.313	2.124.404	481.539
<b>NORTE</b>	303.261	352.601	121.893	45.687
<b>NORDESTE</b>	603.000	923.984	479.541	104.992
<b>SULDESTE</b>	175.238	1.165.196	1.067.265	266.729
<b>SUL</b>	172.822	309.276	259.799	28.853
<b>CENTRO-OESTE</b>	89.114	240.255	195.906	35.279

Fonte: Amaro, 2023.

Sobre a composição do déficit habitacional no Brasil, 42,91% (2.991.313 domicílios) do déficit é composto pela coabitação familiar e 30,5% (2.124.404 domicílio) pelo ônus excessivo com aluguel. Em relação aos Domicílios precários, com 19,3% (1.343.435 domicílios) e 6,9% (481.539) dos domicílios tem adensamento excessivo.

A composição do déficit habitacional nas regiões brasileiras expõe a precariedade habitacional que tem reflexos em maior, menor ou igual proporção nos estado e nos municípios paraenses. Assim, adensamento excessivo representa um percentual baixo do déficit habitacional, maior na região Sudeste e menor nas regiões Sul, Nordeste e Norte. E a coabitação familiar é um componente bastante expressivo nas cinco regiões geográficas brasileiras.

Na região Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o ônus excessivo com aluguel é forte e, no caso do Sudeste, inclusive, predominante. Portanto, pode-se concluir que: a) nas regiões Norte e Nordeste, os domicílios precários aparecem com percentual maior que o das demais regiões, em detrimento do componente ônus excessivo com aluguel urbano; b) a proporção do componente coabitação é semelhante em todas as regiões, próximo dos 40%; c) O ônus excessivo com aluguel urbano é mais expressivo nas regiões Sudeste, Sul e

<sup>5</sup> Os rústicos são os domicílios permanentes cuja construção é feita por material improvisado, como madeira aproveitada e vasilhames, e que correspondem à parcela da necessidade de reposição, que pode ser definida como os domicílios a serem restaurados, substituídos ou repostos. (CARDOSO, p. 67, 2009).

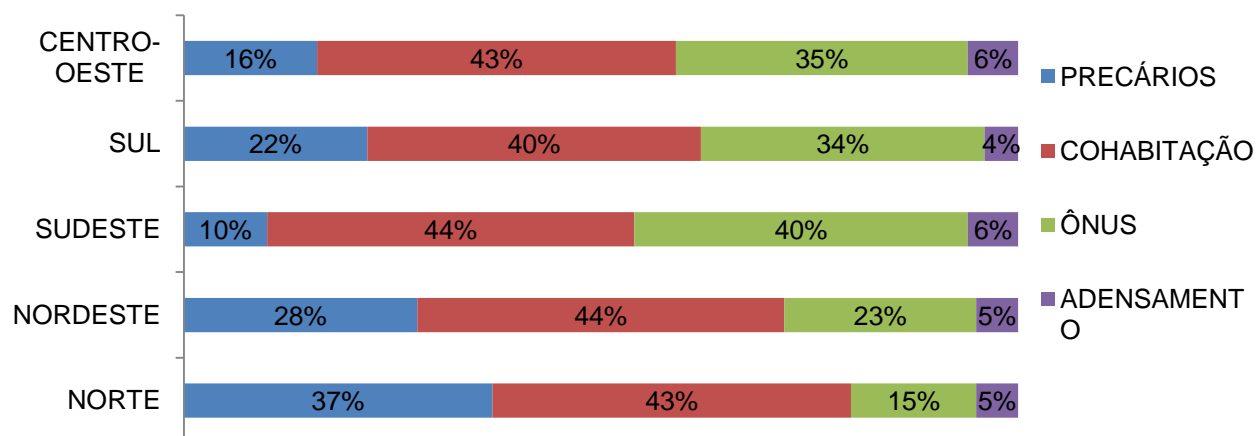
<sup>6</sup> A coabitação familiar representa a insuficiência do estoque habitacional para atender à demanda por habitação, compreendendo a convivência de mais de uma família no mesmo domicílio (denominadas de famílias conviventes, diferenciando-se as principais e secundárias) ou o aluguel de quartos ou cômodos para a moradia de outras famílias. (CARDOSO, p. 67, 2009).

<sup>7</sup> E o ônus excessivo com aluguel corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel. (CARDOSO, p. 67, 2009).

<sup>8</sup> Toma-se como indicador a densidade de moradores por dormitório, adotando-se como suportável o número de três, no máximo, para o subgrupo das casas e apartamentos urbanos com família única, ou seja, o adensamento ocorre quando for excedido esse limite. (CARDOSO, p. 68, 2009).

Centro-Oeste e d) O adensamento excessivo representa um percentual baixo do déficit habitacional, maior na região Sudeste e menor nas regiões Sul, Nordeste e Norte. Destaca-se que, em 2010, a Região Norte obteve os piores resultados referentes aos domicílios em situação de precariedade habitacional. (GRÁFICO 5).

**Gráfico 5: Componentes do Déficit e Inadequação habitacional segundo regiões geográficas – 2010**



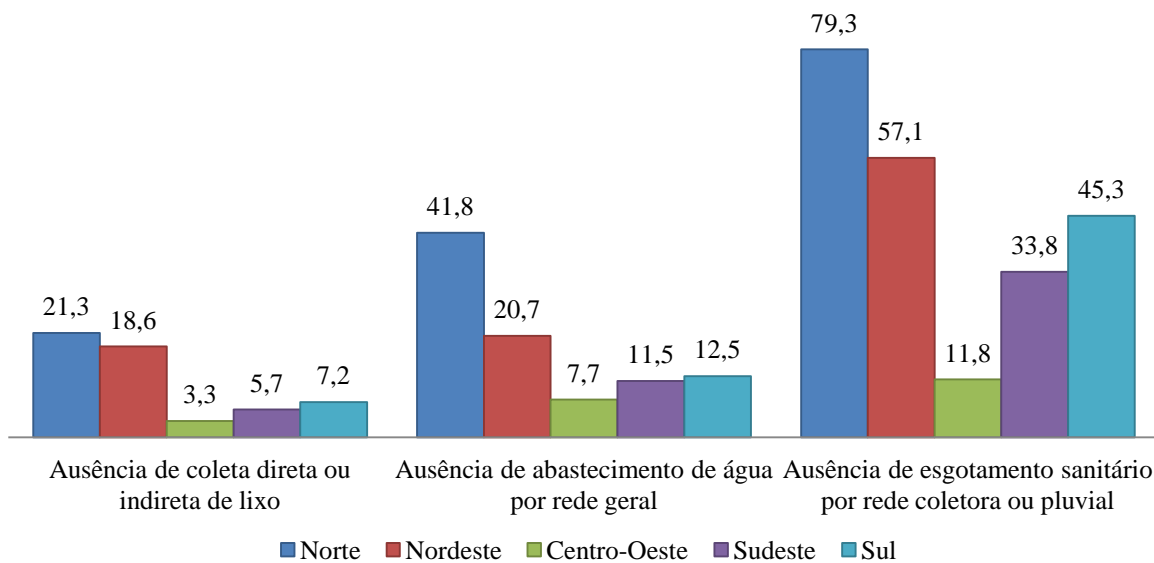
Fonte: Amaro, 2023.

Outro indicador importante sobre as necessidades habitacionais é a carência de infraestrutura<sup>9</sup>. O gráfico 6 mostra a proporção da população sem acesso aos serviços de saneamento, em cada uma das Grandes Regiões. Ou seja, as necessidades habitacionais não são caracterizadas apenas pela necessidade de novas moradias, mas sim pela necessidade de urbanização de assentamentos precários e pela inadequação das moradias já existentes. A ausência de esgoto sanitário se concentra principalmente na região Norte, ou seja 79,3% dos domicílios apresentam esse tipo de carência; a ausência de rede de abastecimento de água destaca-se em 41,8% também na região Norte; em relação a coleta de lixo não é realizada em 21,3% dos domicílios da região destacada.

**Gráfico 6: Componentes da Inadequação habitacional por carência de infraestrutura segundo regiões geográficas - 2018<sup>10</sup>**

<sup>9</sup> São considerados domicílios carentes de infraestrutura aqueles que não dispõem de, ao menos, um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. (CARDOSO, p. 68, 2009).

<sup>10</sup> Dados atualizados a partir da PNAD, 2018.



Fonte: Amaro, 2023.

Assim, a Região Norte obteve os piores resultados para a cobertura de cada um dos três serviços de carência de infraestrutura. Para tanto, o histórico de urbanização acelerando e desordenado vivenciado no país, emergem necessidades pela condição de moradia da população, que se particularizam pelo déficit e inadequadas habitacionais que é universal ao território brasileiro, no entanto se potencializa pelo contexto histórico e socioeconômico de urbanização desenvolvido em casa região brasileira.

#### 4 Considerações finais

O processo de urbanização brasileiro que emerge no processo de colonização, que de acordo com Oliveira (1982, p. 38), "o urbano no Brasil é historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o lócus da produção era rural, agrário, o lócus do controle foi urbano". Organizado e produzido para atender a economia de exportação, porque se tratava de uma economia com uma função específica dentro do sistema internacional de acumulação, o espaço urbano surge para atender o movimento de acumulação primitiva do capitalismo mercantil, com sede de controle na cidade.

A urbanização tem início com o deslocamento da elite rural para as cidades, que a princípio se tratava apenas de aglomerados, e conseqüentemente a atração de mais pessoas. A partir do crescimento econômico, as cidades começaram a obter importância para o país, haja vista que - a casa da cidade torna-se a residência mais importante do

fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e moenda da cana (R, BASTIDE, 1978, p. 56 apud SANTOS, 2020, p. 21).

A concentração populacional se alterou significativamente entre as regiões brasileiras, em decorrência das atividades econômicas concentradas pelo território, como a cana de açúcar, o ouro, o café e outros, como apresentado anteriormente. A partir desse momento o urbano passa a ter maior importância na formação socioeconômica brasileira. Essas transformações estiveram amplamente ligadas ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira adquiriu, assim houve crescimento do número de pessoas nas cidades brasileiras, com as mais diversas necessidades a serem satisfeitas, inclusive habitacionais, como demonstram os dados do déficit habitacional.

## Referências

AMARO, Najara Mayla Do Socorro Veiga Costa. **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO ESTADO PARÁ: condição de vida e moradia em municípios paraenses**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Pará (UFPA), Belém/PA, 2023.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAÚJO, Rosane Lopes; GHILARDI, Flávio Henrique. **Necessidades habitacionais no Brasil**. In: Ministério das Cidades e Aliança das Cidades (2009). "Ações integradas de urbanização de assentamentos precários". Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades. Primeira reimpressão, 2009.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Habitação de Interesse Social**. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17004, 2018.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma Agrária na Amazônia**. Coleção Sociologia Brasileira; vol. 11. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEAL, Aluísio Lins. **Uma Sinopse histórica da Amazônia**. 1991.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o Urbano no Brasil**. São Paulo: Espaço & Debates, n.06, 1982, p. 27-41.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. Edusp. São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton ; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TRINDADE JR. Saint. Clair Cordeiro da; BARBOSA, Estêvão José da Silva. **Atlas Escolar. Pará: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa-PB: Editora Grafser, 2014.